

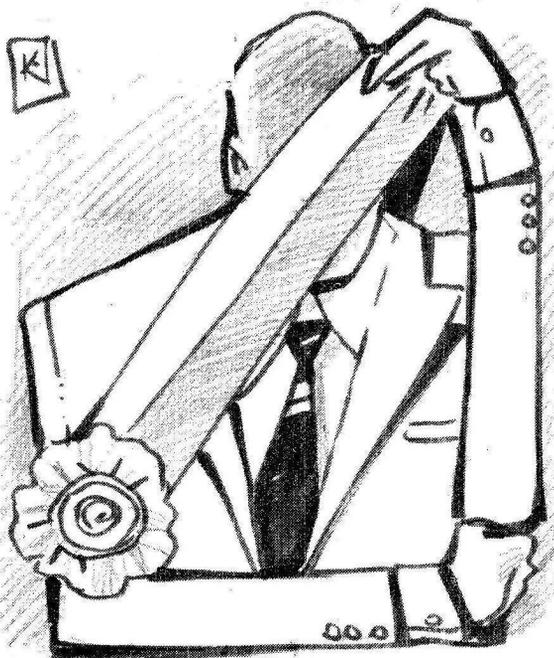
# Debate inoportuno

Josephat Marinho

É desserviço às instituições políticas e ao governo do presidente Fernando Henrique Cardoso a abertura de debate, no momento, sobre projeto de reeleição. O problema não é de ideologia, nem de solução urgente. Não foi objeto de propaganda ou de compromisso de partido ou de candidato, na última campanha eleitoral. Conseqüentemente, não há quem esteja obrigado a tratar do assunto apressadamente. Depois, não é, por natureza, matéria de prioridade. Ainda corre o ano inicial da gestão do atual presidente da República. Restam-lhe, pois, três anos de mandato. É o chefe do governo tem declarado, desde a eleição, que não está reivindicando novo mandato, nem autorizou o encaminhamento de tal solução.

Ao lado disso, é lógico ver que a inovação, se ou quando tratada, deve ser considerada também em relação a governadores e prefeitos, e não limitada à condição do presidente da República. A similitude de situação das três esferas reclama, ou pelo menos justifica, uniformidade de critério. É estranhável cogitar de reeleição no plano federal, sem o fazer, por igual, quanto ao domínio estadual e municipal. Assim o aconselha a unidade do sistema eleitoral, bem como o tratamento político equitativo. Mas a modificação não pode ser examinada apenas por essas faces, que não são as principais. A essência da discussão reside na conveniência, ou não, de legitimar-se a alteração.

Não podemos basear a mudança na experiência de outros povos, cujas peculiaridades institucionais e culturais geram procedimentos e costumes que não se trasladam num ímpeto. Não tendo tradição do processo de reeleição, precisamos criar condições adequadas a essa prática, quer educando os políticos, quer preservando



a liberdade do eleitor. Se a reeleição se destina a garantir o prolongamento de um programa de ação útil ao Estado e ao povo, e não a beneficiar pessoas, é justo que primeiro se estabeleça o lastro de garantia do voto livre. A fim de não arriscar-se modificação precipitada, talvez fosse cabível restaurar o prazo de cinco anos para o mandato presidencial, como fixou, originalmente, a Constituição de 1988. Seria mais racional.

Certo é que os angustiantes problemas nacionais desaconselham introduzir-se no debate, agora, a medida de reeleição. As reformas constitucionais já propostas pelo Poder Executivo ainda não se consumaram, plenamente. Umam pendem de votação no Congresso Nacional. De outras, já promulgadas, não foram apresentados, até o momento, os respectivos projetos de leis reguladoras. Neste fim de sessão legislativa, só o orçamento para 1996 absorveria grande parte da atividade do Congresso, se houvesse de ser cuidadosamente ana-

lisado e discutido, no plenário. Acima dessas circunstâncias, anote-se que há problemas permanentes ou em curso, com indiscutível preferência para as preocupações do governo e do Poder Legislativo.

A reforma agrária continua sem planejamento objetivo, nem execução tranquilizadora. As ações dos "grupos sem-terra" multiplicam-se, e se agravam os incidentes. Cresce a violência urbana, notadamente no Rio de Janeiro e em São Paulo. A política agrícola exhibe falhas lamentáveis, como, a exemplo, a demora na execução do plano de recuperação do cacau. Prolonga-se a crise das universidades federais, como se a deficiência de recursos não prejudicasse gravemente o desenvolvimento do ensino e

da cultura. O retardamento da reforma tributária mantém estados e municípios em dificuldades financeiras, que se ampliam com as restrições correntes no mercado. No setor da saúde, além do número das doenças, é notória a ineficiência dos serviços existentes. A situação é de tamanho embaraço, por falta de meios financeiros, que um tributo se está instituindo somente para reduzir os males nesse campo. Rodovias federais encontram-se em estado crítico, como em diferentes trechos na Bahia.

Num quadro de tantos e tão delicados problemas, é inadmissível desviar a atenção do homem público para o trato de uma decisão política distante das necessidades do povo. Os que estão sem saúde, sem alimento, sem estradas regularmente conservadas, não entendem essa preocupação de aumentar o tempo dos governantes. E não se deve abusar da tolerância dos que sofrem.

Josephat Marinho é senador pelo PFL da Bahia